



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00004

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de informações e pesquisa no âmbito fiscal, trabalhista, previdenciário, contábil, auditoria e societário.
NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2025/00003

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de informações e pesquisa no âmbito fiscal, trabalhista, previdenciário, contábil, auditoria e societário

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços descritos no objeto se faz necessária para tornar mais eficientes as atualizações e as pesquisas feitas pelos colaboradores da Gerência de Contabilidade (13 usuários), Gerência de Gestão de Pessoas (2 usuários), Gerência Jurídica (2 usuários), Gerência Jurídica (2 usuários), Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno (2 usuários), Gerência de Auditoria Interna (3 usuários) e Assessoria de Relações com Investidores (2 usuários) sobre temas de natureza fiscal, trabalhista/previdenciária, contábil /auditoria e societária.

2.2. Com o uso desse serviço, há uma maior garantia de que a legislação consultada esteja atualizada e, por existir um agrupamento da legislação por assunto, o tempo de pesquisa é reduzido em relação às pesquisas realizadas em “buscadores” tradicionais. Ademais, há necessidade da Gerência de Contabilidade e da área de Patrimônio utilizar-se de sistemas tributários, tais como: calculadoras especializadas de ICMS, ICMS-ST e ISS, além dos tributos federais; portal de Sistema Público de Escrituração Digital; Gestor de armazenamento de documentos fiscais; controle de obrigações acessórias. Todas essas ferramentas aumentarão a eficiência e auxiliarão nos cálculos corretos de tributos e obrigações acessória, bem como no levantamento das atualizações legislativas que impactam a TELEBRAS, podendo proporcionar auxílio em futuros planejamentos tributários.

2.3. Outrossim, tendo em vista a constante mudança e a complexidade da legislação brasileira, principalmente a tributária, o uso desse tipo de serviço é fundamental para evitar multas por descumprimento de obrigações legais, recolhimentos de tributos indevidos e demais implicações.

2.4. Cabe acrescentar a necessidade de atualização da TELEBRAS frente a Reforma Tributária aprovada nos anos de 2023 e 2024, com indício de início de aplicações para 2026 disponibilizados na ferramenta oferecida pela CONTRATANTE.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM E DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. Trata-se de contratação de serviços lastreada em padrões de desempenho e qualidade definidos, neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se como "serviço comum", de acordo com o artigo 9º, § 2º, do Decreto nº 7.174/2010. Desse modo, sugere-se que a licitação seja realizada na modalidade de Pregão eletrônico ou por dispensa de licitação, considerando o baixo valor, com julgamento pelo critério de "Menor Preço global", atendidas as especificações e características técnicas exigidas no presente Termo de Referência.

3.2. A presente contratação possui como legislação estruturante os seguintes instrumentos normativos:



TLBREF202500004A

- Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS (RELIC).

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços deverão ser disponibilizados durante o período do contrato, de forma online, imediatamente após assinatura do Contrato. O recebimento do serviço será constatado no momento em que os usuários da TELEBRAS tiverem o devido acesso ao site da CONTRATADA e as ferramentas descritas no item 4.3 e permanecerem com o acesso durante o período do contrato.

4.2. Os serviços deverão abranger os seguintes escopos:

4.2.1. Disponibilização de material para a consulta referente à área fiscal/tributária:

- Legislação Federal;
- Legislação Nacional;
- Legislação Estadual;
- Legislação Municipal de, no mínimo, todas as capitais;
- Roteiros Fiscais;
- Tabelas Fiscais;
- Súmulas Fiscais;
- Decisões Administrativas;
- Agendas Fiscais;
- Comentários Fiscais;
- Tratamento da Reforma Tributária; e
- Créditos para consultoria, que devem ser usados para assuntos específicos do consultente. A consultoria poderá ser realizada por telefone, via chat ou em forma de consulta. Em caso de necessidade, os créditos podem ser adquiridos, com pagamento avulso, conforme necessidade da CONTRATADA.

4.2.2. Disponibilização de material para consulta referente à área trabalhista e previdenciária:

- Comentários;
- Artigos;
- Legislação;
- Roteiros;
- Súmulas;
- Tabelas.

4.2.3. Disponibilização de material para consulta referente à área contábil e auditoria:

- Legislação;
- Artigos;
- Comentários;
- Tabelas;
- Roteiros.

4.2.4. Disponibilização de material para consulta referente à área societária:

- Legislação;
- Artigos;
- Comentários;
- Tabelas;
- Roteiros.

4.2.5. As seguintes ferramentas também deverão ser disponibilizadas:

- Tabelas de incentivos;



- Agenda de vencimento de obrigações tributárias;
- Calculadora de substituição tributária interna e interestadual;
- Calculadora de regime de contratação;
- Simulador de tributação para exportação e importação;
- Calculadora de comparativo de regime;
- Tabelas NESH (notas explicativas do sistema harmonizado de designação e de codificação de mercados);
- Tabela TIPI (tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados);
- Tabela atualizada com as alíquotas de ICMS por NCM ou por tipo de serviço e de ISS por código de serviço da LC 116/2003 e por município;
- Tabela atualizada e específica com as isenções e suspensões de ICMS por Unidade da Federação;
- Sistema Gestor de Documentos Fiscais que receba, armazém e valide tributação. O sistema deverá receber mensalmente, no mínimo, 10.000 documentos fiscais e que possibilite download de XML e DANFE. Armazene por tempo ilimitado os documentos fiscais e que possua mecanismo de pesquisa e aplicação de filtros.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar no perfil dos usuários todas as novidades legislativas estaduais e federais de acordo com a personalização indicada por cada usuário.

4.4. Também deverá apresentar resumo do conceito e conteúdo disponibilizado pelos serviços propostos.

4.5. A CONTRATADA deverá indicar qual ferramenta ou funcionalidade atende a cada demanda dos itens 4.2 e 4.3.

5. DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO A SER CONTRATADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Disponibilização dos entregáveis previstos no parágrafo 4	3 anos, a se iniciar da assinatura do Contrato	Disponibilização mensal pelo prazo do Contrato	26 usuários

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer acesso a 26 usuários, todos com acesso simultâneo e possibilidade de personalização do conteúdo a ser visualizado.

5.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar no perfil dos usuários todas as novidades legislativas municipais, estaduais e federais de acordo com a personalização indicada por usuário.

6. DOS PRAZOS DE ENTREGA

6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso online imediatamente após assinatura do Contrato.

7. DO LOCAL DE FATURAMENTO E ENTREGA DO OBJETO

7.1. O faturamento deverá ser realizado para a Sede da TELEBRAS, conforme dados informados no item 7.2.1, deste termo.

7.2. Endereço para faturamento e entrega do objeto do contrato:

7.2.1. Sede Brasília: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco A – Sala 218 - Edifício Capital Financial Center, CNPJ TELEBRAS: 00.336.701/0001-04.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



8.1. Para comprovação da qualificação técnica as Licitantes deverão apresentar:

8.1.1. Atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove (m), haver fornecido ou estar fornecendo material ou serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, que deverão atestar a inexistência de qualquer fato desabonador em relação ao licitante, devidamente registrados na entidade profissional competente, ficando reservado à TELEBRAS o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos.

9. DA ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa de preço anual será de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxx) e de R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxx) para os três anos.

9.2. O regime de execução do serviço será por empreitada por preço global, Art. 8º, XXIII, b, do RELIC e art. 42, II, da Lei 13.303.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa com a execução do Contrato correrá por conta da dotação orçamentária aprovada para os anos de 2025, 2026 e 2027, no PLAC - Plano Anual de Contratação sob o Código Verificador 2400-GCONT_01, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento anual da TELEBRAS.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. A contratação vigorará por 3 (três) anos, contados a partir da data da disponibilização do acesso ao portal. O contrato será improrrogável.

12. MATRIZ DE RISCOS

12.1. Em razão da baixa complexidade do objeto, a matriz de riscos está representada pelas cláusulas de responsabilidade das partes (itens 7 e 8 deste Termo de Referência), nos termos do art. 116, §4º do RELIC.

13. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA, após a realização dos serviços, mensalmente, apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento mensal das despesas pela CONTRATANTE, mediante carta de encaminhamento referenciando o número do Processo.

13.2. O valor será creditado em conta corrente da CONTRATADA em até 15 dias úteis, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do contrato.

13.3. As notas fiscais/faturas serão atestadas em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de recebimento da nota fiscal/fatura pelo Protocolo da TELEBRAS, em Brasília.

13.4. A CONTRATADA deverá manter sua regularidade fiscal durante a execução do ajuste, sob pena de rescisão contratual.

13.5. O fiscal do contrato atestará a nota fiscal/fatura somente se a prestação do serviço estiver regular, em conformidade com os termos do contrato, encaminhando-a à Gerência de Compras e Contratos para providências quanto ao pagamento.

13.6. Nenhum valor será pago à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, fiscal ou previdenciária a seu cargo, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária à CONTRATADA, sem prejuízo de aplicação de penalidade pela CONTRATANTE.

13.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.



13.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 - $I = (TX)$
 - $I = (6 / 100)$, $I = 0,00016438$
 - TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços contratados poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta, com base no IGPM Índice Geral de Preços de Mercado acumulado nos últimos doze meses, observada a seguinte fórmula: $P = v \cdot [i1/i0]$, onde:

- P: preço reajustado;
- v: preço atual do contrato;
- i1: número-índice do mês anterior ao da data de aniversário do contrato; e
- i0: número-índice do mês anterior ao da data de apresentação da proposta ou do último reajuste conforme o caso.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Para a contratação pretendida não será prevista a cobrança da garantia contratual, tendo em vista que o objeto contratado ser de baixo valor e a exigência de garantia tornaria o contrato oneroso para a CONTRATADA e, por conseguinte, para a TELEBRAS.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS

16.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência.

16.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

16.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16.4. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

16.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal designado.

16.5.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

16.5.2. O representante da TELEBRAS anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.6. Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessários à prestação dos serviços.



16.7. Aprovar as etapas da prestação dos serviços pertinentes, desde o planejamento até a sua efetiva concretização.

16.8. Supervisionar a prestação dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo.

16.9. Atestar a prestação dos serviços, receber e promover o pagamento das faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Contrato.

16.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos.

16.11. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.

16.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

16.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada por representante especialmente designado pela TELEBRAS, nos termos do disposto do artigo 132 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, baseado no art. 40 da Lei nº 13.303, de 2016.

17.2. A equipe de fiscalização do contrato (fiscal do contrato e suplente) atuará como ponto focal da TELEBRAS junto à CONTRATADA para questões relacionadas ao objeto deste Termo de Referência.

17.3. O fiscal do contrato designado deverá manter em registro próprio todos os eventos relevantes da contratação.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA, além das responsabilidades resultantes da contratação e deste Termo de Referência, obriga-se a:

18.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto e serviços, de acordo com os Artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

18.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da TELEBRAS, inerentes ao objeto da contratação.

18.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que se está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital e seus anexos.

18.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

18.1.6. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e da Ata que vier a ser assinada.



18.1.7. Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução do objeto deste edital e, consequentemente, responder civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venham, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.

18.1.8. Manter, permanentemente, representante credenciado para atuar em seu nome e representá-lo junto à Contratante e à Fiscalização, com autoridade para resolver problemas relacionados com o fornecimento dos materiais ora adquiridos.

18.1.9. Recolher aos cofres da TELEBRAS, conforme lhe seja instruído na devida oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de suas Notas Fiscais/Faturas.

18.1.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.1.11. Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato na medida que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à prestação de serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.

19. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

19.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

19.2. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

20. DAS SANÇÕES

20.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos art. 83 da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e no art. 138 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS, a serem aplicadas pela autoridade competente da TELEBRAS, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Companhia e das cabíveis cominações legais.

20.2. O art. 138 do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS traz as seguintes sanções, as quais poderão ser aplicadas ao Contratado, conforme gravidade da conduta passível de punição:

- Advertência escrita;
- Multa; e
- Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.3. Neste sentido, durante a execução do contrato, o descumprimento das obrigações da CONTRATADA poderá gerar as seguintes sanções:

- Advertências serão aplicadas nas hipóteses de ocorrências de infrações leves ou médias;
- A ocorrência de duas ou mais advertências acarretará sanções mais severas, podendo incidir multas.

20.4. Multas serão aplicadas nas hipóteses de infrações médias, infrações graves ou gravíssimas, podendo ser combinadas com as demais sanções cabíveis.



20.5. A suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 anos será aplicada no caso de reincidência de infração grave ou na ocorrência de infração gravíssima.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

20.7. A reincidência de ocorrência de uma mesma infração diversas vezes poderá elevar seu grau de severidade.

20.8. Nos casos de multas por atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, no que diz respeito ao prazo de entrega ou outra obrigação com prazo definido, será aplicada multa de mora nos seguintes termos:

- Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso das obrigações cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia;
- Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

20.9. Nos casos de descumprimento de obrigações que não possuam o valor da parcela inadimplida bem definido, poderá ser aplicada multa compensatória no valor de 0,25% a 2% do valor total do contrato, a depender da gravidade da infração cometida ou do prejuízo causado à TELEBRAS.

20.10. No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, quando:
 - a) deixar de adotar medidas corretivas no curso do contrato ou instrumento equivalente;
 - b) descumprir sanção anteriormente imposta.

20.11. Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções previstas nos dois primeiros itens do subitem anterior, multa de 10% (dez por cento) por inexecução das obrigações assumidas, sobre o valor da parcela inadimplida.

20.12. Os atos administrativos de aplicação da sanção serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

20.13. No caso de não-recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da imputação, a TELEBRAS poderá, nesta ordem:

- 1º descontar o valor da multa dos pagamentos eventualmente devidos pela TELEBRAS, na hipótese garantia possuir valor inferior à multa;
- 2º não sendo viável a aplicação da regra da alínea anterior, será cobrada judicialmente.

20.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



20.16. As sanções tratadas neste tópico não impedem a aplicação de sanções de natureza penal, as quais observarão, no que couber, as normas contidas nos arts. 89 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidade prevista na legislação vigente.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da TELEBRAS à continuidade do contrato.

23. DA RESILIÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. Após 12 (doze) meses subsequentes à celebração do contrato, qualquer das partes poderá solicitar a resilição deste instrumento, por meio de correspondência a ser entregue com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Toda a comunicação entre a TELEBRAS e a CONTRANTE será realizada por correspondência ou correio eletrônico, que deverá ser impresso e guardado pelo período do Contrato.

25. DO FORO

25.1. O foro competente para dirimir questões relativas ao Contrato é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro

Brasília, 13 de janeiro de 2025.

ANNA PAULA PEDROSA VIEIRA

Assessora II

Gerência de Contabilidade (gestão Tributária)

GILSON SOUZA DOS SANTOS

Gerente Substituto

Gerência de Contabilidade (contabilidade Societária)

